



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 1.160, DE 2024**

**(Do Sr. Felipe Saliba)**

Dispõe sobre o critério definidor do gênero dos competidores em partidas esportivas femininas oficiais.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-2596/2019.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

**PROJETO DE LEI Nº           , DE 2024**  
**(Sr. Felipe Saliba)**

Dispõe sobre o critério definidor do gênero dos competidores em partidas esportivas femininas oficiais.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Fica determinado que o sexo biológico será o único critério definidor do gênero dos competidores em partidas esportivas femininas oficiais, restando vedada a atuação de atletas transgêneros em qualquer modalidade feminina.

**Parágrafo único** Para os fins desta lei, considera-se transgênero toda pessoa que se identifica com um gênero diferente daquele correspondente ao seu sexo biológico.

**Art. 2º** A federação, entidade ou clube de desporto que descumprir esta lei sofrerá multa fixa no valor de 50 (cinquenta) salários-mínimos.

**Parágrafo único** A multa será revertida para entidades de incentivo ao esporte e proteção das mulheres.

**Art. 3º** O poder Executivo regulamentará esta lei no que couber.

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de lei ora apresentado tem por objetivo garantir que o critério de gênero entre competidores em partidas esportivas femininas seja única e exclusivamente o sexo biológico.

O objetivo primordial das competições esportivas é garantir uma disputa justa e equitativa, na qual todos os competidores tenham chances iguais de sucesso. Permitir a participação de atletas transgêneros em modalidades femininas pode criar desequilíbrios significativos devido às diferenças fisiológicas entre homens e mulheres. As características biológicas, como a força muscular, a densidade óssea e a capacidade cardiovascular, que são influenciadas pela testosterona e outras características sexuais, podem conferir vantagens injustas aos atletas nascidos biologicamente como homens.

Em alguns esportes, como o boxe e artes marciais, a participação de atletas transgêneros pode representar um risco aumentado de lesões para as competidoras cisgêneras. As diferenças biológicas entre homens e mulheres, especialmente em termos de massa muscular e densidade óssea, podem tornar as competições desiguais e potencialmente perigosas para as participantes cisgêneras.

A integridade das competições esportivas depende da capacidade de garantir um ambiente de competição justo para todos os participantes. Permitir que atletas transgêneros compitam em categorias femininas pode minar a credibilidade e a validade das conquistas esportivas das competidoras cisgêneras, criando uma percepção de que a competição não é mais baseada em habilidades e treinamento, mas sim em características biológicas intrínsecas.

As atletas femininas têm o direito de competir em um ambiente que reconheça e valorize suas realizações e esforços. Ao garantir que apenas indivíduos nascidos biologicamente como mulheres possam competir em modalidades esportivas femininas oficiais, o projeto de lei demonstra um compromisso em proteger os direitos e interesses das competidoras cisgêneras, assegurando que elas não sejam prejudicadas por desvantagens biológicas injustas.



Em suma, um projeto de lei que restrinja a participação de atletas transgêneros em modalidades esportivas femininas oficiais com base no sexo biológico busca promover a equidade esportiva, proteger a integridade física das competidoras e manter a competição justa, ao mesmo tempo em que respeita os direitos das atletas cisgêneras.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2024.

**Deputado Felipe Saliba**  
PRD-MG

